



Número: **0802787-82.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **07/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 14.211,89**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
HERCULES DOS SANTOS MATIAS (AUTOR)	ANA KAROLYNNE DE ARAUJO NEVES DOS ANJOS (ADVOGADO) PRISCILLA LÍCIA FEITOSA DE ARAUJO (ADVOGADO) DIEGO FRANKLIM DOS ANJOS LIMA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29699 539	07/04/2020 14:57	Petição Inicial	Petição Inicial
29699 904	07/04/2020 14:57	Petição Inicial	Outros Documentos
29699 906	07/04/2020 14:57	Doc. 01 - Procuração	Procuração
29699 911	07/04/2020 14:57	Doc. 02 - CNH	Documento de Identificação
29699 913	07/04/2020 14:57	Doc. 03 - Comprovante Residência	Documento de Comprovação
29699 918	07/04/2020 14:57	Doc. 04 - Laudo	Documento de Comprovação
29699 920	07/04/2020 14:57	Doc. 05 - Laudo IML	Documento de Comprovação
29699 923	07/04/2020 14:57	Doc. 06 - Laudo Traumatológico	Documento de Comprovação
29699 928	07/04/2020 14:57	Doc. 07 - Certidão B.O	Documento de Comprovação
29699 929	07/04/2020 14:57	Doc. 08 - Certidão SAMU	Documento de Comprovação
29699 930	07/04/2020 14:57	Doc. 09 - Notas Remédios	Documento de Comprovação
29699 931	07/04/2020 14:57	Doc. 10 - Notas Remédios 2	Documento de Comprovação
29699 932	07/04/2020 14:57	Doc. 11 - Notas Remédios 3	Documento de Comprovação
29699 934	07/04/2020 14:57	Doc. 12 - Notas Remédios 4	Documento de Comprovação
29699 935	07/04/2020 14:57	Doc. 13 - Recibo	Documento de Comprovação
29699 936	07/04/2020 14:57	Doc. 14 - Recibo 2	Documento de Comprovação
29699 938	07/04/2020 14:57	Doc. 15 - Recibo 3	Documento de Comprovação

29699 940	07/04/2020 14:57	Doc. 16 - Recibo 4	Documento de Comprovação
29699 941	07/04/2020 14:57	Doc. 17 - GuiaCustas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
29708 225	08/04/2020 12:06	Despacho	Despacho
30603 118	12/05/2020 19:12	Petição	Petição
30603 119	12/05/2020 19:12	petição audiência HERCULES	Outros Documentos
32608 538	23/07/2020 19:00	Expediente	Expediente
33153 015	12/08/2020 17:18	Expediente	Expediente

Em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
REGIONAL DE MANGABEIRA/PB**

HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.834.035 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Enf. Ana Maria Barbosa de Almeida, n. 1025, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa-PB, CEP 58.052-270, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados em procuração anexa, com endereço profissional na Av. Maximiano de Figueiredo, nº. 154, sala 104, Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa, onde receberá as intimações de estilo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, na Rua Senador Dantas, nº. 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir e ao final requerer.

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



I. DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

De acordo com o art. 98 do Novo Código do Processo Civil:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Destarte, tendo em vista a hipossuficiência financeira da parte promovente, esta vem pleitear que lhe seja concedido o benefício da JUSTIÇA GRATUITA, com base na declaração de pobreza anexa, haja vista a ausência de condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento.

II – DOS FATOS

A parte autora foi vítima de acidente automobilístico na data de 10/10/2018, por volta das 07h, quando estava trafegando em sua motocicleta de marca Shineray, de placa QFT 4698, na Avenida Camilo de Holanda (sentido Centro). O acidente ocorreu após passar pelo cruzamento com a Avenida Coremas, momento em que foi atingido pelo veículo Citroen C3, de cor branca, com placa OGG 9574, com o condutor não identificado, tendo em vista a evasão deste do local. Em razão do “choque” com o veículo, a parte autora veio a cair no solo, sofrendo graves sequelas em seu braço direito, tudo conforme registrado no BO lavrado na data de 16/10/2018.

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



NOME: **HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS**
NACIONALIDADE: **BRASILEIRO(A)** ; NATURALIDADE: **João Pessoa/PB**
ESTADO CIVIL: **casado** ; TEL: **98816.8480** ; OCUPAÇÃO: **comerciante**
FILIAÇÃO: **Antonio Matias de Neto e de Maria das Graças dos Santos Matias**
NASCIMENTO: **11/04/1976** ; IDADE: **42 ANOS**
ENDEREÇO: **RUA Enfermeira Maria Barbosa de Almeida- 1025, Jardim Cidade
Universitária, João Pessoa/Pb.**
RG: **1.834.035** **SSDS/PB** ; CPF: **886.351.204-34**

a qual notifica, **QUE por volta das 07hs00min aproximadamente, do dia 10/10/2018, pilotava a sua motocicleta de marca Shineray de placa QFT 4698/Pb, com destino ao seu trabalho pela av Camilo de Holanda (via preferencial) no sentido Parque solon de Lucena quando no cruzamento com a av Coremas, quando foi colidido pelo o veiculo de marca Citroen C3 de cor branca e placa OGG 9574/Pb, dirigido por condutor não identificado: Que devido a colisão, o declarante veio a cair ao solo, saindo bastante lesionado e sendo socorrido para o Hospital, onde passou por procedimento cirurgico: Que a sua Moto, ficou bastante danificada, motivo pelo o qual veio registrar o fato e solicita uma certidão. .**
Nada mais a notificar, encerro este termo que lido e achado conforme, fica a notificante advertida das penas do que refere-se o Art. 299 do C P B. O referido é verdade. Dou fé.


Após o acidente, o promovente teve atendimento prestado pelo SAMU, onde recebeu os primeiros socorros e, logo em seguida, foi levado ao Hospital Alberto Urquiza Wanderley – Hospital da Unimed, sendo diagnosticado com Fratura no Antebraço Direito, tendo a necessidade de submissão a um procedimento cirúrgico no rádio direito, com fixação de placa e parafusos, ficando com sequela de caráter definitiva em seu antebraço direito, usando imobilizador diariamente.



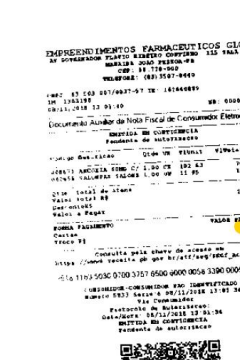
**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



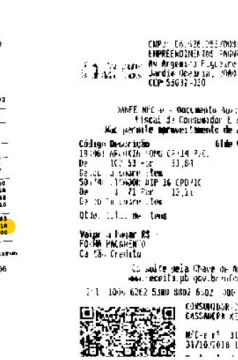
Ainda, por ocasião do acidente, a parte autora desembolsou, pelas despesas de assistência médica, com remédios, compras de materiais, o valor total de R\$ 711,89, tudo conforme recibos e notas fiscais acostadas.



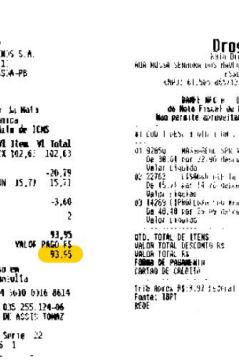
Drogasil
Nota Fiscal de Consumo Eletrônica
CPF: 01.565.455/12-00 - 11.162.475983



Drogasil
Nota Fiscal de Consumo Eletrônica
CPF: 01.565.455/12-00 - 11.162.475983



Drogasil
Nota Fiscal de Consumo Eletrônica
CPF: 01.565.455/12-00 - 11.162.475983



Drogasil
Nota Fiscal de Consumo Eletrônica
CPF: 01.565.455/12-00 - 11.162.475983

Recibo

Recebi do Sr. Hércules dos Santos Matias a quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referentes ao pagamento de custas funcionais p/ MSD.

Recibo

Nº. RD - 1.230719

Recebemos de **HERCULES DOS SANTOS MATIAS**, CPF: 8863512043 a importância de R\$ 15,75

Quinze Reais E Setenta E Cinco Centavos

Referente ao(s) documento(s): Competência: 07/2019 com vencimento em: 23/07/2019 - valor: R\$ 15,75

Complemento: Bol@1230719@230719@Copias De Prontuario

Sereno Matias
João Pessoa, 23/07/2019

HOSPITAL ALBERTO URRUTIA WANDERLEY

CAIXA SAYONARA ACESSO PRD25573230719151750R 2ª Via

Resumo da Conta Hospitalar

Grupo de Procedimento / Setor	Sub-Total	Taxas	Desconto	Fine	Total
REMOCAOFRIGOR.NUTRICAOHOTELARIA	71,00				71,00
9 070 6262 5300 8002 6501 8000 1415 3690 0027 6791					
Total da Conta:					R\$ 71,00

Setor	Unid. Ativ.	Obje	Vi. Unidade	Vi. Total
REMOCAOFRIGOR.NUTRICAOHOTELARIA	18 9 P A TBL C CIRUR AP- HP			
Procedimento				
0700001	ALMOÇO	2	20,00	40,00
0700002	DESJANJE	1	11,00	11,00
0700004	JANTAR	1	20,00	20,00
Total do Setor:				71,00
Total da Conta:				R\$ 71,00
Co-participação/Franquia/Desconto:				0,00

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, restou a parte autora uma acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos

Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB

e na força do membro afetado, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar o braço, se alimentar, trabalhar, dirigir, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

Ademais, consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, prejuízo esses que acompanham o autor até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado vem perante este Juízo, esperando ser devida a indenização, na forma do art. 3º, II, da Lei n. 6.194/74, dispositivo que fixa a indenização no valor de até R\$ 13.500,00 no caso de invalidez permanente, bem como o inciso III, do mesmo dispositivo, que fixa o valor de até R\$ 2.700,00, como reembolso à vítimas pelas despesas médicas.

Sabendo da existência do seguro obrigatório DPVAT, aciona a promovida para que seja paga a respectiva apólice, posto que todos os proprietários de veículos automotores pagam anualmente o seguro de acidentes pessoais obrigatório. A norma legal ainda determina que a seguradora tenha o prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento do DPVAT, O QUE NA REALIDADE NÃO ACONTECE.

Registre-se MM. Magistrado, que para o pagamento do seguro obrigatório só é necessário a SIMPLES PROVA DO ACIDENTE, e de que a sequela tenha decorrido do acidente automobilístico.

Assim diante de tais fatos e da comprovação de invalidez e das despesas médicas devidamente apresentadas, a via judicial se faz necessária para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague o SEGURO OBRIGATÓRIO no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária.

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



III – DO DIREITO

III.1 - AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Não a cadencia, no que tange a ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas, sem ensejar carência de ação, para obter-se o provimento judicial.

Ainda, em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo beneficiário se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso se houve essa exigência, iria ferir o Princípio da Inafastabilidade do Judiciário, disposto no Art. 5º, XXXV da CRFB/88.

III.2 - DO VALOR DEVIDO SEGUNDO DETERMINAÇÃO LEGAL

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. É disciplinado pela Lei nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que assegura o recebimento de indenização às vítimas de acidente de trânsito nos casos de morte, invalidez permanente, e/ou para as vítimas que recebam cuidados médicos e gastos com medicamentos.

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal. *Ipsis Litteris*:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

ANEXO

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	

Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB



De acordo com o artigo supratranscrito, a lei assegura o direito de receber a título de indenização como prêmio desse seguro o valor mencionado, conforme o tipo de dano suportado pelo acidentado e neste sentido deve a seguradora ser condenada a indenizá-la pelo seguro obrigatório. Assim, no caso em tela, verifica-se que o autor se encontra amparado pelos incisos II e III, tendo em vista estar o seu antebraço com debilidade permanente, e por tudo que arcou com as despesas médicas decorrentes do acidente.

Dispõe a Lei 6.194/74, que o valor referente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir o que reza no Art. 3º da referida lei que dispõe sobre o quantum deverá ser pago em caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou invalido deverá receber o valor total da indenização, e não o pagamento parcial e o art. 5º da Lei nº 6.194/94 é extremamente claro ao elencar a possibilidade de indenização.

Assim, resta provado que a demandada deve pagar ao promovente a importância acima declinada, cujo valor deve ser devidamente corrigido monetariamente e acrescido de juros, desde a data do evento danoso, tomando-se como base a SÚMULA 54 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, in verbis:

Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em casos de responsabilidade extracontratual.

A parte autora munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT JULGADA PROCEDENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ DO SEGURADO. COMPROVAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA NO VALOR INTEGRAL. NECESSIDADE DE REEMBOLSO DAS DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES DE ACORDO COM OS COMPROVANTES DE PAGAMENTO. I – Preliminares de falta de interesse processual e de cerceamento de defesa. Rejeição. II – No mérito, sabe-se que o art. 3º, da Lei n. 6194/74, prevê que, quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, decorrente de acidente automobilístico, o segurado poderá receber indenização de até R\$ 13,500,00 (treze mil e quinhentos reais). III – No caso vertente, segundo o Laudo emitido pelo IML (fls. 14/17), o segurado foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo debilidade permanente da função mastigatória, enquadrando-se na categoria de "Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital". V – Portanto, faz jus à percepção do seguro obrigatório no seu valor integral, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). VI – Quanto ao ressarcimento das despesas com assistência médica e suplementares – DAMS, deve ser realizado o reembolso no valor de R\$ 471,76 (quatrocentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme recibos e comprovantes de pagamento de fls. 52/76.

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



PRELIMINARES. REJEIÇÃO. RECURSO
PARCIALMENTE PROVIDO. (Classe: Apelação, Número
do Processo: 0312062-30.2013.8.05.0001, Relator (a):
Carmem Lucia Santos Pinheiro, Quinta Câmara Cível,
Publicado em: 22/06/2016)

(TJ-BA - APL: 03120623020138050001, Relator: Carmem
Lucia Santos Pinheiro, Quinta Câmara Cível, Data de
Publicação: 22/06/2016)

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando
o autor com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente e gastos
médicos comprovados, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de
indenização correspondente ao grau de sua invalidez, bem como do reembolso
das despesas, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de
Justiça in verbis:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial
do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da
invalidez.” (Súmula 474, STJ)

Para tanto, conforme tabela apresentada, faz-se
necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora,
procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada
por Vossa Excelência.

Diante do vasto arcabouço jurídico-legal alhures esposado,
não resta outra interpretação, senão a de necessidade de pagamento da apólice
pleiteada no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), porquanto
comprovado plenamente as lesões com prejuízos funcionais, bem como do
reembolso dos valores gastos com despesas de assistência médica no importe
de R\$ 711,89 (setecentos e onze reais e oitenta e nove centavos).

III.3 - DA JURISPRUDÊNCIA

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



A norma geral que rege e disciplina o DPVAT não faz qualquer ressalva quanto o pagamento da Indenização, afirmando apenas que basta a **SIMLES** ocorrência do acidente e do **DANO** decorrente do acidente para que o beneficiário possa fazer jus à indenização.

A Lei nº. 6.194/74, em seu artigo 5º, não deixa margem para dúvidas quanto à percepção do DPVAT, afirmando que:

O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

Ademais, segue anexo o Laudo Traumatológico realizado pelo IML/PB, através do seu Perito Oficial Antônio Viera de Moura, Mat. 157.639-9, CRM/PB 4371/PB, no qual observamos todo relatado nessa inicial.

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



Órgão Requisitante: 6ª DD de Santa Rita, nº da Solicitação: 709-2018 Autoridade Solicitante: Pedro Martins dos Santos. Nome: HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS, 42anos, sexo: masculino Raça/cor: pardo filho(a) de: Antônio Matias Neto e de: Maria das Graças dos Santos Matias, Estado civil: casado(a). Nacionalidade: brasileira. Natural de: João Pessoa/PB. Profissão: ignorado.

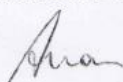
HISTÓRICO: O periciando relata que, foi vítima de acidente de trânsito (colisão carro motocicleta) em 10/10/2018. Socorrido ao Hospital da UNIMED – João Pessoa/PB.

DESCRIÇÃO: O exame do membro superior direito revela aparelho gessado que se estende do terço médio do braço até o dorso da mão. Trouxe cópia de prontuário médico, no qual consta admissão hospitalar em 10/10/2018. Laudo radiológico afirma fratura completa com desalinhamento do terço distal da diáfise do rádio

QUESITOS:

- 1) Há ferimento ou ofensa física? **SIM.**
- 2) Qual o meio que o ocasionou? **AÇÃO CONTUNDENTE.**
- 3) Houve perigo de vida? **NÃO.**
- 4) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? **PODERÁ. REALIZAR EXAME COMPLEMENTAR APOS 150 DIAS.**
- 5) Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? **SIM, PELA GRAVIDADE DAS LESÕES.**
- 6) Provocou aceleração de parto? **PREJUDICADO.**
- 7) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? **PODERÁ. VER RESPOSTA DO QUESITO 4.**
- 8) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? **NÃO.**
- 9) Resultou deformidade permanente? **PODERÁ. VER RESPOSTA DO QUESITO 4.**
- 10) Provocou aborto? **PREJUDICADO.**

Dr(a). Antônio Vieira de Moura
Perito Oficial Médico Legal
Mat:157.639-9 CRM 4371/PB



No mais, caso entenda, o Douto Julgador, pela necessidade de realização de nova perícia médica pelo Instituto Médico Legal de João Pessoa, ou órgão competente, o que, diante da vasta documentação acostada, se admite apenas *ad argumentandum*, requer que seja expedido ofício para o referido órgão a fim de que, com a devida urgência, seja realizada perícia médica na parte autora. Para tanto faz juntar, ao final desta peça, quesitos a serem esclarecidos pelo perito eleito.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer o quanto segue:

Diante do exposto, **requer** o promovente, que digne-se Vossa Excelência, em conformidade com a Lei nº 6.194/74, art. 3º, II, a julgar pela **PROCEDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA**, no sentido de determinar que

Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB



a seguradora promovida indenize a parte promovente pela DEBILIDADE PERMANENTE ocasionada por acidente de trânsito (DPVAT), devendo a parte autora receber, por referida indenização, valor correspondente a R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), bem como R\$ 711,89 (setecentos e onze reais e oitenta e nove centavos), pelo reembolso com as despesas médicas, acrescidos de correção monetária plena e juros moratórios com base no índice utilizado pela Fazenda Pública na cobrança de suas dívidas (selic), conforme preceitua o art. 406 do CC, **retroativos a data do sinistro, ou seja, OUTUBRO de 2018**, conforme Súmula 54 do STJ.

Ainda:

- a) Seja concedido o benefício da assistência judiciária gratuita à parte autora, nos termos da Lei nº. 1.060/50 e do art. 98 do CPC;
- b) Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia;
- c) Seja determinada desde já, caso julgue ser requisito sine qua non para deslinde da demanda, a EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao IML ou outro órgão competente, para que referido instituto realize a perícia médica na parte autora;
- d) Seja a parte ré, ainda, condenada aos consectários da sucumbência, inclusive, honorários advocatícios nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil;

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



e) Por fim, requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive, pela juntada de novos documentos e depoimentos de testemunhas, e tudo mais que possa esclarecer os fatos.

Requer que as intimações ocorram **EXCLUSIVAMENTE** em nome dos Advogados **PRISCILLA LÍCIA FEITOSA DE ARAUJO CABRAL, OAB/PB 15.472; DIEGO FRANKLIM DOS ANJOS LIMA, OAB/PB 25.013 e ANA KAROLYNNE DE ARAUJO NEVES DOS ANJOS, OAB/PB 20.712.**

Por fim, NÃO POSSUI INTERESSE na audiência conciliatória, nos termos do Art. 319, inc. VII do CPC.

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 14.211,89**, para efeitos meramente fiscais

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa, 25 de março de 2020.

PRISCILLA LÍCIA FEITOSA DE ARAUJO CABRAL
Advogada OAB/PB nº. 15.472

ANA KAROLYNNE DE ARAÚJO NEVES DOS ANJOS
Advogada OAB/PB nº. 20.712

DIEGO FRANKLIM DOS ANJOS LIMA
Advogados OAB/PB nº. 25.013

Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB



QUESITOS PARA PERÍCIA:

Nesta oportunidade, o Autor oferece os seguintes quesitos para o exame médico:

- 1 – O autor sofreu algum DANO devido ao acidente de trânsito?
- 2 – Qual o membro/sentido afetado(s)? Há ou não fratura(s) não-consolidada(s)?
- 3 – Sofre o autor alguma invalidez ou debilidade no(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 4 – Caso positivo, qual o grau de invalidez do(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 5 – Esclarecer se existe nexos causal entre o acidente noticiado e a lesão, apresentada pelo autor?
- 6 – Qual o tipo de lesão sofrida pela Autora em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 7 – As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial e com as fotos anexadas aos autos?
- 8 – Qual foi o tratamento médico aplicado à Autora?
- 9 – Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo a Autora ficou impossibilitada de exercer sua profissão?
- 10 – Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?
- 11 – Havendo sequelas, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Qual(is) seu(s) custo(s) médio(s)?
- 12 – Queira o perito esclarecer tudo que mais julgue necessário.

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: HERCULES DOS SANTOS MATIAS, brasileiro, casado, comerciante, com a cédula de identidade nº 1834035 SSDS/PB, inscrito no CPF sob o nº. 886.351.204-34, residente e domiciliado a Rua Enfermeira Maria Barbosa de Almeida, 1025 - Jardim Cidade Universitária, CEP 58.052-270, João Pessoa/PB.

OUTORGADO: ANA KAROLYNNE DE ARAÚJO N. DOS ANJOS, advogada inscrita na OAB/PB nº 20.712, **DIEGO FRANKLIM DOS ANJOS LIMA**, advogado inscrito na OAB/PB sob o nº 25.013, **PRISCILLA LÍCIA FEITOSA DE A. CABRAL**, advogada inscrita na OAB/PB nº 15.472, com endereço profissional na Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, Sala 104, Centro Comercial Von Sohsten, João Pessoa – PB.

PODERES: Os da Cláusula *ad judicium*, gerais para o foro, e os especiais, para receber citações, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, interpor recursos, substabelecer com ou sem reservas, enfim, praticar todo e qualquer ato, em defesa dos direitos do outorgante, em qualquer Instância ou Tribunal, o que tudo será dado como firme e valioso.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

João Pessoa/PB, 11 de Março de 2020.



HERCULES DOS SANTOS MATIAS

CPF: 886.351.204-34

Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
894123616

NOME
HERCULES DOS SANTOS MATIAS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
1834035 SSP PB

CPF
886.351.204-34 DATA NASCIMENTO
11/04/1976

FILIAÇÃO
ANTONIO MATIAS NETO
MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS MATIAS

PERMISSÃO ACC. CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
00586539720 VALIDADE
30/01/2019 1ª HABILITAÇÃO
29/09/1994

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador

LOCAL
JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO
31/01/2014

Assinatura do Emissor
45824343844
PB028022874

DETRAN - PB (PARAÍBA)

PROIBIDO PLASTIFICAR
894123616



FRANKLIN DOS SANTOS MATIAS
RUA ENILMA MARIA BARBOSA ALMEIDA, 1025 - JOÃO PESSOA
JOÃO PESSOA/PB CEP: 58052270 (AG. 1)

Emissão: 11/10/2018 Referência: Cut / 2018
Classe: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br 220, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-690
Ratificação: 58 312-380 Nº medidor: 00000548058

energisa

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 09.095.182/0001-40 - Insc. Est. 16.016.822-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 013 877 467
Cód. para Deb. Automático: 0001314844

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Cut / 2018	11/10/2018	12/11/2018	886.351.204-34 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1331484-4

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
11/03/18	11/10/18	1	464	29

Demonstrativo						
Quantidade	Tarifa	Valor Base	Alíq.	ICMS	Base	ICMS
Tributos Total (R\$) ICMS (R\$) ICMS						
Pis/Cofo (R\$) (0,67/12%) (3,0914%)						
030	Consumo em kWh	464,000	0,825600	385,17	27	103,46
030	Alíq. Verde	35,50	33,50	27	9,04	33,50
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
030	CONTRIB SERV ILLUM PÚBLICA	20,68	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL						
437,50	418,67	112,50	418,67	2,79	12,88	

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
541	19/10/2018	R\$ 437,50

Histórico de Consumo (kWh)

5/4	5/7	5/10	5/13	5/16	5/19	5/22	5/25	5/28	5/31	6/3	6/6	6/9	6/12	6/15	6/18	6/21	6/24	6/27	6/30
5/4	5/7	5/10	5/13	5/16	5/19	5/22	5/25	5/28	5/31	6/3	6/6	6/9	6/12	6/15	6/18	6/21	6/24	6/27	6/30

RESERVADO AO FISCO

92a2.c8c5 efb0.73a5.499f.*614.93d1.b286.

Indicadores de Qualidade

8/2018 - Macaíba

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
200V	0,30	NOMINAL
220V	0,30	CONTRATADA
240V	0,30	LIMITE INFERIOR
260V	0,30	LIMITE SUPERIOR

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	94,11	21,51
Compra de Energia	157,46	36,00
Serviço de Transmissão	14,83	3,34
Encargos Setoriais	22,27	5,09
Impostos Diretos e Encargos	145,00	33,06
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	437,50	100,00

Valor do EUSD (Ref. 8/2018) R\$ 125,11

ATENÇÃO

Res. Junte Tar. Agência 28/08/18-Res. ANEEL nº 2.439-Baixa Tensão 15,41% Médio
Res. Junte Tar. Agência 28/08/18-Res. ANEEL nº 2.439-Alta Tensão 18,76% Médio

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: DIEGO FRANKLIN DOS ANJOS LIMA - 07/04/2020 14:56:02

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040714560284700000028578104>

Número do documento: 20040714560284700000028578104

Num. 29699913 - Pág. 1

Henceleiro dos Santos Matias.



AO IOPAST

Reclamação de Sequela de Caroten definitivo
do Antebraço Direito Após Aciden-
te de Carro há 1 Ano e 2 Meses.

O Mesmo foi submetido à trata-
mento cirúrgico e fixação de
haste e parafusos.

CL: 792.2

Dr. Antonio Lacerda
CRM 85078
tel. 991442753 / 991411983 - 108

29.11.19



Rua Miriam Barreto Rabelo, 591. Aeroclube
João Pessoa | PB - CEP 58036-690 - Tel: (83) 3578 3000

www.ortotraumamedical.com.br

f /ortotraumamedicalcenter

@ortotraumamedical

Ortotrauma Medical Ltda. Registro de Serviço CRM 4201798



AUTENTICACAO No. 2020-004156

Certifico que a presente copia e a reproducao fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

João Pessoa - PB 23/01/2020 11:12:38

EMPL 142.56 CEPJ/MSO.91 FAPEN/MSO.38 ISS MSO.13

SELO DIGITAL: RJ095803-DEXH

Confira a autenticidade em <https://autenticidade.decarlinto.com.br>

TRATAMENTO PASTA DE DENTIFRICO BRANCO EFICIENTE



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL

C: 174219 Laudo nº: 03.01.07.012020.00643

LAUDO TRAUMATOLÓGICO

Sanidade física

Data do exame: 08/01/2020 Hora do exame: 10:04

Órgão Requisitante: DAV. nº da Solicitação: 042/2020 Autoridade Solicitante: Alberto do Egito de Souza. Nome: HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS, 42 anos, sexo: masculino, pardo; filho de: Antonio Matias Neto e Maria das Graças dos Santos Matias, Casado. Nacionalidade: brasileira. Natural de Joao Pessoa. Profissão: Comerciante.

HISTÓRICO: Relata ter sido vítima de acidente de trânsito. Retornando para realizar exame complementar.

DESCRIÇÃO: cicatriz linear, com sinais de pontos de sutura, ±17cm, no antebraço direito. Presença de calo ósseo importante. Traz radiografia datada de 10/10/2019, observando-se fratura não consolidada no antebraço direito, com placa e parafusos. Movimentos do membro superior direito preservados, porém, diminuição da forças de apreensão e muscular do membro afetado. Traz laudo assinado por Antonio Lacerda, CRM 5078, datado de 29/11/2019, informando que o examinado foi submetido a tratamento cirúrgico com fixação de placa e parafusos.

QUESITOS:

- 1) O paciente acha-se curado das ofensas físicas recebidas? SIM.
- 2) No caso negativo, quantos dias mais serão necessário para sua completa cura? PREJUDICADO.
- 3) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM. DEBILIDADES NA FORÇA E NA APREENSÃO DO MEMBRO SUPERIOR/MÃO DIREITAS.
- 4) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 5) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 6) Resultou deformidade permanente? SIM. DEVIDO AO CALO OSSEO PROEMINENTE NO ANTEBRAÇO DIREITO, BEM COMO, A CICATRIZ EXTENSA NO MESMO.

Dr(a) Flávia M. Franca
Dr(a) Ana Flávia M. Franca
Perito Oficial Médico-Legal
Mat: 157.397-7 CRM 4832/PB



Dr(a). Antônio Vieira de Moura
Perito Oficial Médico Legal
Mat:157.639-9 CRM 4371/PB

- QUESTOS:
- 1) Há ferimento ou ofensa física? SIM.
 - 2) Qual o meio que o ocasionou? AÇÃO CONTUNDENTE.
 - 3) Houve perigo de vida? NÃO.
 - 4) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? PODERÁ. REALIZAR EXAME COMPLEMENTAR APOS 150 DIAS.
 - 5) Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? SIM, PELA GRAVIDADE DAS LESÕES.
 - 6) Provocou aceleração de parto? PREJUDICADO.
 - 7) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? PODERÁ. VER RESPOSTA DO QUESTO 4.
 - 8) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
 - 9) Resultou deformidade permanente? PODERÁ. VER RESPOSTA DO QUESTO 4.
 - 10) Provocou aborto? PREJUDICADO.

HISTÓRICO: O periciando relata que, foi vítima de acidente de trânsito (colisão carro motocicleta) em 10/10/2018. Socorrido ao Hospital da UNIMED – João Pessoa/PB.

DESCRIÇÃO: O exame do membro superior direito revela aparelho gessado que se estende do terço médio do braço até o dorso da mão. Trouxe cópia de prontuário médico, no qual consta admissão hospitalar em 10/10/2018. Laudo radiológico afirma fratura completa com desalinhamento do terço distal da diáfise do rádio

Órgão Requisitante: 6ª DD de Santa Rita, nº da Solicitação: 709-2018 Autoridade Solicitante: Pedro Martins dos Santos. Nome: HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS, 42anos, sexo: masculino Raga/cor: pardo filho(a) de: Antônio Matias Neto e de: Maria das Graças dos Santos Matias, Estado civil: casado(a). Nacionalidade: brasileira. Natural de: João Pessoa/PB. Profissão: ignorado.

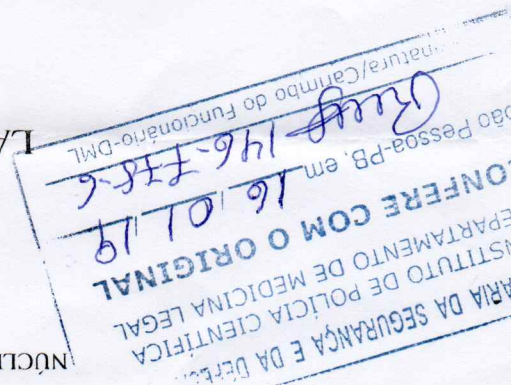
Data do exame: 25/10/2018 Hora do exame: 08:20

LAUDO TRAUMATOLÓGICO

Ferimento ou ofensa física

C: 554218 Laudo nº: 03.01.06.102018.23721

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL



CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e à requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Registro de Ocorrências desta Delegacia, encontrei a OCORRENCIA POLICIAL de Nº **2.727/2018**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos **16/10/2016** nesta cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, e no Cartório desta Delegacia Distrital, onde se encontrava presente o (a) **Bel(a). PEDRO MARTINS DOS SANTOS**, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado e declarado, por volta das **08h15min**, compareceu:

NOME: **HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS**NACIONALIDADE: **BRASILEIRO(A)** ; NATURALIDADE: **João Pessoa/PB**ESTADO CIVIL: **casado** ; TEL: **98816.8480** ; OCUPAÇÃO: **comerciante**FILIAÇÃO: **Antonio Matias de Neto e de Maria das Graças dos Santos Matias**NASCIMENTO: **11/04/1976** ; IDADE: **42 ANOS**ENDEREÇO: **RUA Enfermeira Maria Barbosa de Almeida- 1025, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa/Pb.**RG: **1.834.035** **SSDS/PB** ; CPF: **886.351.204-34**

a qual notifica, **QUE por volta das 07hs00min aproximadamente, do dia 10/10/2018, pilotava a sua motocicleta de marca Shineray de placa QFT 4698/Pb, com destino ao seu trabalho pela av Camilo de Holanda (via preferencial) no sentido Parque solon de Lucena quando no cruzamento com a av Coremas, quando foi colidido pelo o veículo de marca Citroen C3 de cor branca e placa OGG 9574/Pb, dirigido por condutor não identificado; Que devido a colisão, o declarante veio a cair ao solo, saindo bastante lesionado e sendo socorrido para o Hospital, onde passou por procedimento cirurgico; Que a sua Moto, ficou bastante danificada, motivo pelo o qual veio registrar o fato e solicita uma certidão. .**
Nada mais a notificar, encerro este termo que lido e achado conforme, fica a notificante advertida das penas do que refere-se o Art. 299 do C P B. O referido é verdade. Dou fé.

Notificante: _____

Santa Rita/PB, **16/10/2018.**

Escrivão de Polícia Ad Hoc





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 810/074, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2221464, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **HERCULES DOS SANTOS MATIAS** idade 42 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto)** no dia 10/10/2018, na Av. Coremas, Bairro: Centro - João Pessoa - aproximadamente às 06:55 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital da UNIMED.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 18 de Outubro de 2018.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CRE 15ª Região - 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



CHPJ: 06.626.253/0088-02
EMPRESA PAGUE MENOS S.A.
Av Argemiro Figueiredo, 11
Jardim Oceania, JOAO PESSOA-PB
CEP: 58037-030

EMITIDA EM CONTINGENCIA Pendente de autorização

Código	Descrição	Qtde	UN	VI	Item	VI	Total
43456	FOXIS 200MG CAP/10 P/C1	1	UN	36,30			36,30
	36,30 Por:			27,93			
	Desconto sobre item						-8,37
41073	KEFLEX 1G DRG/8+	1	UN	112,39			112,39
	112,39 Por:			86,40			
	Desconto sobre item						-25,99
179256	TRAMADOL 50MG CAP/10 P/A2	1	CX	37,37			37,37
	37,37 Por:			28,74			
	Desconto sobre item						-8,63
43249	PRAZOL 30MG CAPS C/14	1	CX	45,32			45,32
	45,32 Por:			33,54			
	Desconto sobre item						-11,78
	Qtde total de itens						4

Valor a Pagar R\$ 176,61
FORMA PAGAMENTO VALOR PAGO R\$
Credito Loja 169,00
Dinheiro 8,00
Troco R\$ 0,39

Consulte pela Chave de Acesso em:
www.receita.pb.gov.br/nfce/consulta

2149 4090 4262 5300 4302 6501 8000 1415 3690 0027 6791



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 141536 Série: 18
12/07/2019 16:40:09

EMITIDA EM
CONTINGENCIA
Pendente de autorização

CHPJ: 06.626.253/0088-02
EMPRESA PAGUE MENOS S.A.
Av Argemiro Figueiredo, 11
Jardim Oceania, JOAO PESSOA-PB
CEP: 58037-030

EMITIDA EM CONTINGENCIA Pendente de autorização

Descrição	Qtde	UN	VI	Item	VI	Total
FOXIS 200MG CAP/10 P/C1	1	UN	36,30			36,30
36,30 Por:			27,93			
to sobre item						-8,37
KEFLEX 1G DRG/8+	1	UN	112,39			112,39
112,39 Por:			86,40			
to sobre item						-25,99
TRAMADOL 50MG CAP/10 P/A2	1	CX	37,37			37,37
37,37 Por:			28,74			
to sobre item						-8,63
PRAZOL 30MG CAPS C/14	1	CX	45,32			45,32
45,32 Por:			33,54			
to sobre item						-11,78
total de itens						4

a Pagar R\$ 176,61
PAGAMENTO VALOR PAGO R\$
to Loja 169,00
tro 8,00
R\$ 0,39

Consulte pela Chave de Acesso em:
www.receita.pb.gov.br/nfce/consulta

9 0706 6262 5300 8802 6501 8000 1415 3690 0027 6791



CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº: 141536 Série: 18
12/07/2019 16:40:09

EMITIDA EM
CONTINGENCIA
Pendente de autorização

CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS

OLIVEIRASSANDRA, SEJA BEM-VINDA AO NOVO PROGRAMA DE
FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS. AGORA VOCE TEM
BENEFÍCIOS PERSONALIZADOS PRA VOCE.
PARABENS! VOCE E UM CLIENTE OURO.
NESSA COMPRA VOCE ECONOMIZOU R\$ 54,77.
SEU SALDO DE JULHO A DEZEMBRO/2019 E DE R\$ 173,29.
ATINGIR R\$ 500,00 ATÉ 31/12/2019 E CONTINUE SENDO UM
CLIENTE OURO.
+ESSE VALOR E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS,
EXCLUINDO MEDICAMENTOS E SERVIÇOS. SUAS COMPRAS SAO
CONTABILIZADAS EM ATÉ 15 DIAS. CONFIRA O REGULAMENTO E
SAIBA MAIS EM PAGUEMENOS.COM.BR/SEMPRE

CPF CLIENTE SEMPRE: 035.***.***-06
Operador: 87848 Vendedor: 25474
Obrigado e Volte Sempre.

CLIENTE SEMPRE PAGUE MENOS

CASSANDRA, SEJA BEM-VINDA AO NOVO PROGRAMA DE
FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS. AGORA VOCE TEM
BENEFÍCIOS PERSONALIZADOS PRA VOCE.
PARABENS! VOCE E UM CLIENTE OURO.
NESSA COMPRA VOCE ECONOMIZOU R\$ 54,77.
SEU SALDO DE JULHO A DEZEMBRO/2019 E DE R\$ 173,29.
ATINGIR R\$ 500,00 ATÉ 31/12/2019 E CONTINUE SENDO UM
CLIENTE OURO.
+ESSE VALOR E UMA ESTIMATIVA DO SEU SALDO DE COMPRAS,
EXCLUINDO MEDICAMENTOS E SERVIÇOS. SUAS COMPRAS SAO
CONTABILIZADAS EM ATÉ 15 DIAS. CONFIRA O REGULAMENTO E
SAIBA MAIS EM PAGUEMENOS.COM.BR/SEMPRE

CPF CLIENTE SEMPRE: 035.***.***-06
Operador: 87848 Vendedor: 25474
Obrigado e Volte Sempre.



1208

Código	Descrição	Qtd	Un	Vl Item	Vl Total
19.061	AFRONTA FOMG (2-14 Pçs)			CX 102,63	102,63
De	100 53 - ar	33,84			
De	100 53 - ar				-20,29
50.040	DISCO 16 CPD/IC		UN	15,71	15,71
De	1 21 - ar	12,11			
De	1 21 - ar				-3,60
Qtds. Totais de Itens					2
Valor a Pagar R\$					93,95
Fórmula PAGAMENTO				VALOR PAGO R\$	
Ca 53 - Creditado					93,95



MFC-F r's 31766 Serie 22
 31/10/2018 17:56:11
 Protocol: de autorização.
 325160255243046
 Data de extração:
 31/10/2018 17:56:11

DECLARAMOS, SEM BREVETAR O NOVO PROGRAMA DE FIDELIDADE SEMPRE PAGUE MENOS, AGORA VOU TEM BENEFÍCIO DE DESCONTO EM TODAS MINHAS COMPRAS PARABENS! POR UM CLIENTE NOVO, NESTA COMPRA VOU ECONOMIZAR R\$ 24,99. SEI QUE DE JUNHO A DEZEMBRO, 2016 E DERS 196,92. ATUALMENTE SOU NO ATE31/12/2016 E CONTINUE SENDO UM CLIENTE FIDEL.

E NESTA FAZIA E UMA ESTIMATIVA DO SEU VALOR DE COMPRAS, EXCLUINDO DESCONTOS E DESPESAS, SUAS COMPRAS SÃO CONTINUAMENTE POR NTE 15 DIAS. COMEÇOU O REGULARMENTO E SABIA MAIS EM PAGUENOS.COM.BR/SEMPRE

CP: CLE: F St
00000000 0013

31/10/2018 17:36:34 CUB: 000015762

31/10/2018 15:30:00

CLEO
VISA CREDITO
#76-018-9118-02/23

MUT=058174
DATE 12-36 DML 4

IN VISA #11111111111111111111111111111111
CJ -00156- 01/01/73 17-36 DML 4
YENDIA A (CL) : 93.4
VA OR
CU-DIM 0X00000000000000000000000000000000 INQ: S2.
WNA.CN 00156S LOJA 0043 PH: Q2.
MMA OUTLET COM.LR

[illegible]

Kaitia Duggan's SRA
 100A HULWA BENHUKA 1005 THEO BARRIE, 716 - 1000000 - 000000
 1000000 - 000000
 1000000 - 000000

DAINT NCC e Documento Auxiliar
de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
Não permite cancelamento de crédito de ICMS

#	COD	DESC	QTD	UNIT	VAL	VALOR	DESCONTOS	VALOR	ITEM	PRECO
01	92854	MARSHALL SPR 120MM 1.00	BOX	38,01		38,01				
		De 38,01 por 22,90 desconto de					-15,11			
		Valor liquido					22,90			
02	27263	15.73 por 14.70 desconto de					-1,01			
		Valor liquido					14,70			
03	14269	48.48 por 29.90 desconto de					-18,58			
		Valor liquido					29,90			
QTD. TOTAL DE ITENS										3
VALOR TOTAL DESCONTOS RS										35,51
VALOR TOTAL RS										66,69
FABRICA DE PASSAMARINA										VEN UN PRECO
CARTAO DE CANCELAMENTO										66,69

Trib. Aprax. R\$ 9.97 Integral e 11.34 Estadual
 Fonte: IBPT
 RIDE

[illegible]

431400

AFCB N° 00000000000000000000
Emissão: 14/10/2018 17:25:02
Via Consórcio
Consulte pela chave de acesso em
<http://www.receita.faz.gov.br/AFCB>
CHAVE DE ACESSO
2518 1061 5858 4512 7139
+000 0000 0000 0000 0000 0000

Consumption of the product is not expected to be significant.

Consulta via leitor de GN Code



Protocolo de Autenticação: 325100242148007
14/10/2016 17:25:02

PSU: 007 LJ: 1012 Coo: 0000163595



Ft. Livia Campos Pereira
Credito: 104694 - F
Ft. Pollyanna M. de Albuquerque
Credito: 108064 - F

Recibo

Recebi do Sr. Heírcules dos Santos
Matias a quantia de 150,00 (an-
to e cinquenta reais) referentes
ao pagamento de órtese funcional
p/ MSD.

João Pessoa, 12/12/19

Campos
Ft. Livia Campos Pereira
Fisioterapeuta
CREDITO 104694-F

CENTRO INTEGRADO DR. JACKSON DERVILE ARARUNA
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2472 - Tambauzinho - Fone: 3224 - 6353



MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, 1450		Emissão: 23/07/2019 10:00	Hospital
58040914	João Pessoa PB		 Unimed
CNPJ 08680639000339	Insc. Est: ISENT0	Página 1 de 1	

Recibo

Nº. RD - 1.230719

Recebemos de HERCULES DOS SANTOS MATIAS, CPF: 88635120434 a importância de R\$ 15,75

Quinze Reais E Setenta E Cinco Centavos*****

Referente ao(s) documento(s):

Competência: 07/2019 com vencimento em: 23/07/2019 , valor: R\$ 15,75
Complemento: Bol@1.230719@23/07/19@Copias De Prontuario

(=) Título	R\$ 15,75
(+) Acréscimo	0,00
(-) Desconto	0,00
(=) Recebido	R\$ 15,75

João Pessoa, 23/07/2019

CAIXA SAYONARA-ACESSOPRD25573023/07/19\$15,75CR

HOSPITAL ALBERTO URQUIZA WANDERLEY

2ª Via

Impresso por SAYONARA MATIAS em 23/07/2019 10:00:35 - UNIMED JOAO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO RENDID



Atendimento: 2015546 - HERCULES DOS SANTOS MATIAS Conta: 310245 - PARTICULAR Tipo: Sem Classificação

Atendimento: 2015546 Remessa: - Conta: 310245

[DADOS DO PACIENTE]

Paciente.....: 251355 - HERCULES DOS SANTOS MATIAS
Nascimento.....: 11/04/1976 Sexo: Masculino Fone: 988168480
Endereco.....: R ENFERMEIRA ANA MARIA BARBOSA DE ALMEI 11025 JARDIM CIDADE UNIVERSITARIA JOAO PESSOA

[ATENDIMENTO ATUAL]

Internacao.....: 11/07/2019 11:54
Alta.....: Motivo...: ALTA ADMINISTRATIVA
Periodo da Conta: 11/07/2019 a 12/07/2019
Localização.....: LEITO 533
Medico/CRM.....: ANTONIO ALMEIDA DE LACERDA / 005078
Procedimento.....: 30710022 FIOS, PINOS, PARAFUSOS OU HASTES METÁLICAS INTRA-ÓSSEAS CID.: S529

[DADOS DO CONVENIO]

Convenio.....: 013 - PARTICULAR
Plano.....: PARTICULAR
Guia.....: 201901173039 Validade...:
Carteira.....: Validade...:
Tipo de Acomod...: ALOJAMENTO - APTO PRIVATIVO COBERTURA

Resumo da Conta Hospitalar

Grupo de Procedimento / Setor	Sub-Total	Taxas	Desconto	Filme	Total
REMOCAO/FRIGOB./NUTRIÇÃO/HOTELARIA					71,00
5º A TSL C CIRUR AP - HP	71,00				71,00
Total da Conta: R\$					71,00

REMOCAO/FRIGOB./NUTRIÇÃO/HOTELARIA
Setor 15 5º A TSL C CIRUR AP - HP

Procedimento	Unid./Ativ.	Qtde	VI Unitario	VI Total
07000001 ALMOÇO	UND	2	20,00	40,00
07000002 DESJEJUM	UND	1	11,00	11,00
07000004 JANTAR	UND	1	20,00	20,00
Total do Setor:				71,00
Total de REMOCAO/FRIGOB./NUTRIÇÃO/HOTELARIA:				71,00
Total da Conta: R\$				71,00
Co-participacao/Franquia/Desconto:				0,00



MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, 1450
58040914 JOAO PESSOA
C.N.P.J. 08680639000339

Emissão: 12/07/2019 12:34

Insc. Est. ISENTO

Página 1 de 1

Hospital

Unimed

João Pessoa

Recibo

Nº. CP - 241914

Recebemos de HERCULES DOS SANTOS MATIAS CPF - 88635120434
a importância de R\$ 71,00

SENTENÇA E UM REAIS

Referente ao(s) documento(s):

Atendimento: 2015546

Competência: 07/2019

com vencimento em: 12/07/2019

valor: R\$ 71,00

Complemento: Despesas Extras - Paciente HERCULES DOS SANTOS MATIAS



(=) Título	R\$ 71,00
(+) Acréscimo	0,00
(-) Desconto	0,00
(=) Recebido	R\$ 71,00


João Pessoa, 12/07/2019

HOSPITAL ALBERTO URQUIZA WANDERLEY

CAIXA CARLOS ANDRE-ACESSOPRD241914120719571CR

2ª Via

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.0.20.25689/01
			Data de emissão: 07/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.625689 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 Promovente: HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS - Taxa Judiciária: R\$ 213,18 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.249,33
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000122 493309283189 520200430202 002025689015 			Valor final: R\$ 1.249,33

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.0.20.25689/01
			Data de emissão: 07/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.625689 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Promovente: HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.249,33
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.249,33

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.0.20.25689/01
			Data de emissão: 07/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.625689 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.034,80 Promovente: HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS - Taxa Judiciária: R\$ 213,18 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.249,33
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000122 493309283189 520200430202 002025689015 			Valor final: R\$ 1.249,33





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.625689

Data Vencimento: 30/04/2020

Data Emissão: 07/04/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: HÉRCULES DOS SANTOS MATIAS

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Valor da Causa: R\$ 14.211,89

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.034,80

Taxa: R\$ 213,18

Total da Guia: R\$ 1.247,98

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0802787-82.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: HERCULES DOS SANTOS MATIAS

Advogados do(a) AUTOR: ANA KAROLYNNE DE ARAUJO NEVES DOS ANJOS - PB20712, PRISCILLA LICIA FEITOSA DE ARAUJO - PB15472, DIEGO FRANKLIM DOS ANJOS LIMA - PB25013

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO



A parte autora requereu a concessão da gratuidade judiciária, sob o argumento de que não tem condições de pagá-las, afirmando que trabalha como motorista de aplicativo, e que recebe valor aproximado de três salários mínimos, mensalmente.

Considerando os documentos juntados ao processo, inclusive a guia com o valor das custas, chega-se à conclusão que o valor é exorbitante, quando comparado com os rendimentos da parte autora.

O art. 99, § 3º, do CPC, estabelece a presunção de insuficiência, quando alegada apenas em favor de pessoa natural. No entanto, tal presunção não afasta o dever do magistrado em exigir comprovação, na hipótese de entender que o requerimento não é compatível com outras evidências e declarações do(a) postulante.

No caso dos autos, a parte autora demonstra não ter condições de arcar com custas processuais.

Assim, a fim de garantir o acesso à justiça, DEFIRO O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.

Prossiga-se o feito nos seguintes termos:

O Código de Processo Civil, em evidente avanço no sentido de solucionar consensualmente os conflitos, trouxe no art. 334, *caput*¹ a necessidade de designação de audiência de conciliação, tendo sido disposto no art. 165² que estas serão realizadas pelos centros de conciliação e mediação, estes que deverão ser criados pelos tribunais respectivos.

Desta forma, **determino a remessa deste feito ao Centro de Conciliação e Mediação deste Fórum Regional de Mangabeira, para que proceda à realização de audiência de conciliação, observando-se os prazos ali previstos, bem como os atos necessários, oficiando-se também ao Coordenador do Centro de Conciliação, informando da necessidade de disponibilização de pauta.**

A parte ré deverá ser citada e intimada para comparecer à audiência de conciliação.

O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

A citação deverá ser acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

As partes deverão ficar cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir).



A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

Cláudia Evangelina Chianca Ferreira de França

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito



Em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
REGIONAL DE MANGABEIRA - PB**

Processo Nº.: 0802787-82.2020.8.15.2003

HERCULES DOS SANTOS MATIAS, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, por seus procuradores subscritos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar para ao final requerer.

Em virtude do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da portaria n. 61 de 31/03/2020, ter instituído a PLATAFORMA EMERGENCIAL DE VIDEOCONFERÊNCIA para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, acessível em: - <https://www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/> - para o caso de varas cíveis não dispor de ferramentas próprias, com a finalidade de propiciar uma opção à prática de atos processuais que implicam em interação pública, sem qualquer custo, vem a parte autora disponibilizar seus dados para aprazamento de audiência, com a continuidade do trâmite processual.

Assim sendo, a parte autora disponibiliza desde já os meios de contato seu e dos seus patronos, de forma que possa ser designada audiência pelas ferramentas usuais e existentes:

**Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB**



DADOS DA PARTE:

WhatsApp: 83.98816-8480

E-mail (Hangouts): herculesmatias@hotmail.com

DADOS DO ADVOGADO:

WhatsApp do advogado: 83.999762455 (Dr. Diego Franklim) // 83.986691090 (Dra. Priscilla Lícia) // 83.987373608 (Dra. Ana Karolynne)

E-mail (Hangouts): diegofranklim@hotmail.com // priscilla_licia@hotmail.com // karolnijos@gmail.com

Desta forma, sob pena de cerceamento ao acesso à justiça, com vistas a dar seguimento ao processo, requer que seja designada audiência virtual.

Assim, considerando a **IMPREVISIBILIDADE DO TÉRMINO DO ISOLAMENTO SOCIAL**, bem como grave dano à parte pela demora interminável na continuidade do processo, REQUER QUE SEJA VIABILIZADA AUDIÊNCIA VIRTUAL NOS TERMOS DA LEI.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa, 12 de maio de 2020.

PRISCILLA LÍCIA FEITOSA DE ARAÚJO CABRAL
Advogada OAB/PB nº. 15.472

ANA KAROLYNNE DE ARAÚJO NEVES DOS ANJOS
Advogada OAB/PB nº. 20.712

DIEGO FRANKLIM DOS ANJOS LIMA
Advogados OAB/PB nº. 25.013

Avenida Maximiano de Figueiredo, nº 154, sala 104
Centro Comercial Oliver Von Sohsten, Centro, João Pessoa - PB





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

**CEJUSC V- CENTRO JUDICIÁRIO V DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS E CIDADANIA DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, andar térreo, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Nº DO PROCESSO: 0802787-82.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: HERCULES DOS SANTOS MATIAS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 93, XIV, CF e art. 203, § 4º, CPC e do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, intimo a parte autora, para no prazo de quinze dias, informar se possui interesse, na realização de audiência de conciliação virtual, através de ferramenta virtual, neste Cejusc. Caso manifeste interesse, informar o contato telefônico e o e-mail da parte adversa, que de forma convidativa, não impositiva, será chamada para participar do ato conciliatório. As audiências de forma remota só serão realizadas se ambas as partes concordarem.

João Pessoa/PB, 23 de julho de 2020.

DANIEL BERINGUER AMARO FORMIGA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

**CEJUSC V- CENTRO JUDICIÁRIO V DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS E CIDADANIA DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, andar térreo, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Nº DO PROCESSO: 0802787-82.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: HERCULES DOS SANTOS MATIAS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **INTIMO** da audiência de conciliação designada para o dia :
Tipo: Conciliação Sala: Sala I Mangabeira/ConciliaçãoMediação Data: 03/09/2020 Hora: 14:15 (AUDIÊNCIA PRESENCIAL) .

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

João Pessoa/PB, 12 de agosto de 2020.

DANIEL BERINGUER AMARO FORMIGA
Técnico Judiciário